Sexta-feira
Teresina, 23 de outubro de 2015

DIARIO do Povo do Piauí

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA
Atendimento: 2101-1501

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.
WhatsApp
(86) 98121-9514
Não esqueça de se identificar.

■ HOSPITAL DE PICOS

MPT-PI vai à Justiça contra a terceirização de serviços de saúde

Procurador diz que mudança na gestão do Hospital Regional Justino Luz é ilegal por descumprir Termo de Conciliação.

CATARINA SANTIAGO
REPÓRTER DE POLÍTICA

Foto: Wagner Santos

PROCURADOR do Trabalho, José Heraldo de Sousa: ação contra o Estado por contrato ilegal com organização social

O Ministério Público do Trabalho no Piauí (MPT-PI) decidiu entrar na Justiça contra o Governo do Estado por quebra de acordo judicial. O procurador do Trabalho, José Heraldo de Sousa, entende que a contratação de uma Organização Social para gerir o Hospital Regional Justino Luz, de Picos, é ilegal por descumprir Termo de Conciliação assinado em 2011. O documento foi assinado na época do ex-governador Wilson Martins (PSB) e leva a assinatura da então secretária de Saúde e atual conselheira do Tribunal de Contas do Estado, Lilian Martins.

Pelo termo, o Governo do Estado se compromete a não terceirizar nenhuma atividade na área da Saúde sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10 mil. Além disso, a conciliação estabelece que o Estado se abstenha de "efetuar novas contratações" e que a cobrança da multa não isenta o Estado de cumprir os termos do acordo. "A posição do Ministério Público do Trabalho é que Estado está violando o Termo de Conciliação Judicial, que ele fez com o MPT e com a Justiça ainda em 2011, de que não terceirizaria atividade finalista na área da saúde. Por isso, nós pretendemos ir ao Judiciário levando essa petição no máximo até segunda-feira e explicar a situação para a Justiça e esperar que acolha o pleito do Ministério Público do Trabalho", informou José Heraldo de Sousa.

O procurador do Trabalho frisou ainda que a contratação do Instituto de Gestão e Humanização (IGH), uma organização social sem fins lucrativos da Bahia, para assumir a administração do Justino Luz é ilegal. Ele explica que a terceirização só poderia ser feita para a execução de ações complementares aos serviços já realizados pelo poder publico, e não repassando uma atribuição que é do Estado para a OS.

"Do jeito que a OS está sendo contratada não pode. Poderia, se fosse de forma complementar, mas não é isso que o Estado está fazendo. Ele está transferindo a responsabilidade que é dele, de fornecer saúde pública, com recursos humanos próprios, com insumos, com todo o material que é do Estado, para uma OS. E essa terceirização, nesses moldes, o Ministério Público do Trabalho entende que não é legal", afirma Heraldo Sousa.

O procurador chama ainda a atenção para os motivos que levam o Governo do Estado a repassar para um terceiro a sua função de fornecer saúde pública. Ele questiona porque o Estado não pega o dinheiro que será repassado à OS e melhora o hospital. "Se o Estado pode pagar para a OS um valor significativo, de R$ 3,200 milhões por mês, será que com esse dinheiro o Estado não poderia gerir ele mesmo o Justino Luz, não poderia melhorar o hospital, que é um hospital com uma estrutura feita na época da Segunda Guerra Mundial? Por que o Estado não reforma o hospital com esse dinheiro? Por que ele quer repassar para a OS", questiona Heraldo Sousa.

SECRETARIA SUSPENDE PROCESSOS DE PARNAÍBA E FLORIANO

O secretário estadual de Saúde, Francisco Costa, disse ontem que a pasta suspendeu o processo de transferência de gestão dos hospitais regional Dirceu Arcoverde, em Parnaíba, e Tibério Nunes, em Floriano, para organizações sociais por conta por conta da reação da Justiça e do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) contra a contratação do Instituto de Gestão Humanizada (IGH) para administrar o Hospital Regional Justino Luz, de Picos.

Francisco Costa disse que o contrato com o IGH foi assinado no dia 14 de outubro e a empresa já está iniciando os trabalhos no hospital. A Secretaria de Saúde também já havia iniciado o processo de transferência das gestões dos hospitais de Parnaíba e Floriano. "Decidimos suspender os processos de Floriano e Parnaíba por conta dessa polêmica toda. Vamos esperar o caso de Picos se resolver para dar sequência", explicou Francisco Costa.

O procurador do trabalho José Heraldo de Sousa lembrou que o caso da terceirização do Justino Luz é semelhante ao da Unidade de Pronto Atendimento de Saúde do Renascença, em Teresina. A UPA foi construída pela Prefeitura de Teresina, que tentou entregar a gestão para uma organização social de interesse público, o que gerou reação na Câmara Municipal e entre os profissionais de saúde. A Prefeitura teve que recuar porque havia acordo de conciliação também firmado com a Minisitério Público do Trabalho, que entrou com ação, prontamente acolhida pela Justiça do Trabalho.